

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.388.731 - SP (2018/0283733-3)

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
AGRAVANTE : R E D E M B
ADVOGADO : XAVIER TORRES VOUGA - SP154346
AGRAVADO : B D E S B (MENOR)
AGRAVADO : J D E S B (MENOR)
AGRAVADO : I D E S B (MENOR)
REPR. POR : P G D E S
ADVOGADO : CASSIANO RICARDO DE PAULA CAMPOS - SP212507

DECISÃO

Trata-se de agravo contra decisão que negou seguimento a recurso especial interposto em face de acórdão assim ementado (e-STJ, fl. 165):

Ação de Execução de Alimentos — Extinção do processo por falta de interesse de agir — Inexistência de débito alimentar a ser executado — Acordo firmado entre as partes que prevê que o valor da prestação alimentar serve para arcar com as mensalidades escolares, plano de saúde e atividades extracurriculares — Não comprovação de prévio acordo dos genitores com relação às despesas extraordinárias, tampouco que estas efetivamente existem - Questões estranhas à ação de execução que devem ser objeto de revisional — Recurso improvido.

Os embargos de declaração foram rejeitados, fundamentando-se no seguinte (e-STJ, fl. 205):

Saliento que, em que pese o modo verbal utilizado pelo art. 85, §11º, do CPC/15, esta relatoria tem interpretado o dispositivo legal como uma faculdade do tribunal, de sorte que não há obrigatoriedade majoração, que, ainda assim, se submete à apreciação das hipóteses concretas previstas no próprio dispositivo legal.

Nas razões de recurso especial, a parte agravante alega violação dos arts. 85, § 11, do Código de Processo Civil de 2015.

Sustenta que o texto da lei é peremptório quanto à majoração dos honorários recursais, bem como que houve trabalho adicional do causídico.

Assim delimitada a controvérsia, passo a decidir.

Destaco que a decisão recorrida foi publicada depois da entrada em vigor da Lei nº 13.105 de 2015, estando o recurso sujeito aos requisitos de admissibilidade do

Código de Processo Civil de 2015, conforme dispõe o Enunciado Administrativo nº 3/2016 do Superior Tribunal de Justiça.

Verifico que ao julgar facultativa a majoração dos honorários recursais, a Corte de origem se mostra em manifesta contrariedade com o entendimento firmado pela Segunda Seção desta Corte Superior, que estabeleceu os seguintes critérios para a majoração dos honorários de sucumbência, na vigência da norma prevista no art. 85, § 11, do Código de Processo Civil de 2015:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RECURSO ESPECIAL. ACÓRDÃO EMBARGADO PUBLICADO NA VIGÊNCIA DO CPC/2015. FALTA DE SIMILITUDE FÁTICA. PRESCRIÇÃO. REPARAÇÃO. DIREITOS AUTORAIS. ILÍCITO EXTRACONTRATUAL. ACÓRDÃO EMBARGADO CONFORME A JURISPRUDÊNCIA DO STJ. NÃO CABIMENTO. DECISÃO MANTIDA.

[...]

5. É devida a majoração da verba honorária sucumbencial, na forma do art. 85, § 11, do CPC/2015, quando estiverem presentes os seguintes requisitos, simultaneamente: a) decisão recorrida publicada a partir de 18.3.2016, quando entrou em vigor o novo Código de Processo Civil; b) recurso não conhecido integralmente ou desprovido, monocraticamente ou pelo órgão colegiado competente; e c) condenação em honorários advocatícios desde a origem no feito em que interposto o recurso.

[...]

9. Da majoração dos honorários sucumbenciais promovida com base no § 11 do art. 85 do CPC/2015 não poderá resultar extrapolação dos limites previstos nos §§ 2º e 3º do referido artigo.

10. É dispensada a configuração do trabalho adicional do advogado para a majoração dos honorários na instância recursal, que será considerado, no entanto, para quantificação de tal verba.

11. Agravo interno a que se nega provimento. Honorários recursais arbitrados ex officio, sanada omissão na decisão ora agravada.

(AgInt nos EREsp 1.539.725/DF, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 09/08/2017, DJe 19/10/2017.)

Do precedente supramencionado, ainda pode-se extrair a conclusão de que

mesmo a ausência de trabalho adicional, ou sua simplicidade, não é capaz de afastar a obrigatoriedade de majoração dos honorários advocatícios na instância do recurso, pois tais circunstâncias devem ser consideradas apenas para a quantificação da verba honorária.

No caso em análise, observo que a sentença, já proferida na vigência do Código de Processo Civil de 2015, os honorários de sucumbência foram estabelecidos em 10% (dez por cento) do valor da causa.

Assim, considerando o trabalho adicional do advogado do recorrente, bem como os critérios previstos no art. 85, §§ 2º, 8º e 11, do CPC/2015, **conheço do agravo e dou provimento ao recurso especial** para majorar em 10% os honorários advocatícios já arbitrados em favor da parte ora agravante, observados os benefícios da justiça gratuita.

Intimem-se.

Brasília (DF), 12 de fevereiro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora